

**AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1513039 - PR (2015/0028534-5)**

**RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**AGRAVANTE : SPERAFICO AGROINDUSTRIAL LTDA**  
**ADVOGADOS : FERNANDO GUSTAVO KNOERR - PR021242**  
**ESTEVÃO RUCHINSKI - PR025069**  
**AGRAVADO : TIBAGI SERVICOS MARITIMOS LTDA**  
**ADVOGADOS : MARTINE ANNE GHISLAINE JADOUL - PR027326**  
**MARIA IZABELLA GULLO ANTONIO LUIZ BRAIN**  
**- PR033067**  
**INTERES. : LEVINO JOSÉ SPERAFICO**  
**INTERES. : AMALIA TARCILA SPERAFICO**  
**INTERES. : ITACIR ANTÔNIO SPERAFICO**  
**INTERES. : DILSO SPERAFICO**  
**INTERES. : SONIA MARIA BOLDRINI SPERAFICO**

### **EMENTA**

PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** EMBARGOS À EXECUÇÃO. OBRIGAÇÃO PARA ENTREGA DE COISA INCERTA. OMISSÃO. VÍCIO NÃO CORRIGIDO NO JULGAMENTO DOS ACLARATÓRIOS. QUESTÃO RELATIVA AO CERNE DA CONTROVÉRSIA. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/73 CONFIGURADA. ANULAÇÃO DO ACÓRDÃO ESTADUAL E RETORNO DOS AUTOS À INSTÂNCIA DE ORIGEM. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. O presente agravo interno foi interposto contra decisão publicada na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

2. Se o Tribunal estadual não se manifestou sobre ponto que pode influir no resultado da demanda, e o recurso especial foi interposto com fundamento na violação do art. 535 do CPC/73, devem os autos retornarem para que o tema seja analisado e solvido.

3. Não sendo a linha argumentativa apresentada capaz de evidenciar a inadequação dos fundamentos invocados pela decisão agravada, o presente agravo não se revela apto a alterar o conteúdo do julgado impugnado, devendo ele ser integralmente mantido em seus próprios termos.

4. Agravo interno não provido.

### **ACÓRDÃO**

# *Superior Tribunal de Justiça*

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrigli, Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva e Marco Aurélio Bellizze votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Moura Ribeiro  
Relator